

O DEBATE AGRÁRIO NA REVISTA BRASILIENSE

Ricardo Oliveira da Silva
Doutorando em História pela UFRGS
Bolsista CAPES
e-mail: ricardorussel@gmail.com

RESUMO: O presente artigo foi elaborado com o propósito de analisar o debate agrário nas páginas da *Revista Brasiliense*. Em meados do século XX, este periódico representou importante meio na divulgação do trabalho de intelectuais sobre os problemas rurais do país. Esses problemas, com destaque a denúncia das péssimas condições de vida do trabalhador do campo e dos baixos índices de produtividade da agricultura, foram denominados, em linhas gerais, pelo termo “questão agrária”. Na *Revista Brasiliense*, inúmeros artigos apontaram como possível solução para a questão agrária a redistribuição fundiária e a criação de uma legislação para o trabalhador rural. Um conjunto de medidas que acabou articulado com políticas nacionalistas e de desenvolvimento econômico para o país.

Palavras-chave: *Revista Brasiliense*, intelectuais, questão agrária.

Os periódicos apresentaram-se como importante meio na inserção dos intelectuais no espaço público brasileiro entre meados da década de 1950 e o começo dos anos de 1960, congregando pensadores com preocupações e/ou perspectivas em comum. Esse foi o caso da *Revista Brasiliense*. Para Jean-François Sirinelli, uma revista constitui um local de fermentação no desenvolvimento do trabalho de pensadores e, ao mesmo tempo, um local de sociabilidade, por meio do qual esses se aproximam por amizade, afinidade em torno de ideais ou de posturas políticas (SIRINELLI, 2003). Conforme Sílvia Cezar Miskulin, através dos periódicos os intelectuais podem fazer política, analisar a história e intervir no debate ideológico (2003).

No presente artigo, destacamos inicialmente o surgimento e o perfil da *Revista Brasiliense*. Posteriormente, analisamos alguns trabalhos contidos nesse periódico relativos aos problemas rurais do país. Essa escolha vincula-se com nossa atual pesquisa, em andamento no doutorado, acerca da problematização dos aspectos constitutivos da estrutura fundiária brasileira das décadas de 1950 e de 1960, enquanto uma questão agrária, por parte dos intelectuais, dentre os quais, Caio Prado Júnior, um dos partícipes da *Revista Brasiliense*, e sua relação na elaboração de projetos de nação.

O SURGIMENTO E O PERFIL DA REVISTA BRASILIENSE

O primeiro número da *Revista Brasiliense*¹ apareceu ao público em set./out. de 1955, nos momentos finais da campanha presidencial que daria vitória a Juscelino Kubitscheck. A R.B., de periodicidade bimestral, foi um empreendimento que encontrou em Caio Prado Júnior um dos seus principais idealizadores e colaboradores. Conforme exposto em seu Manifesto de Fundação, esta revista surgiu em torno de escritores e estudiosos interessados em examinar e debater os problemas econômicos, sociais e políticos do país “do ponto de vista dos interesses nacionais, da melhoria das condições de vida do povo e da renovação e dos progressos da cultura” (REVISTA BRASILIENSE, 1955: 2). A R.B. nasceu, nesse sentido, com uma proposição nacionalista em torno da defesa do desenvolvimento do país sob o prisma do atendimento das necessidades do conjunto da população.

Sobre o possível caráter nacionalista da publicação assim se posiciona a revista em seu Manifesto de Fundação: “sem ligações de ordem política e partidária, será orientada pelos seus próprios redatores e colaboradores” (REVISTA BRASILIENSE, 1955: 2). No entanto, uma consulta à lista de colaboradores da R.B. revela uma nítida predominância de pessoas vinculadas ao PCB, como Caio Prado Júnior, Heitor Ferreira Lima, Elias Chaves Neto e Álvaro de Faria. Em comum, tinham esses autores o fato de terem tido pouco peso nas disputas internas no PCB, e os que participaram dessas disputas já se encontraram alijados dos centros de poder do Partido quando se iniciou a publicação da R.B.

Segundo Fernando Papaterra Limongi, a R.B. foi uma publicação dirigida por membros do PCB sem ser seu órgão oficial ou veículo de uma facção interna com pretensões de conquistar o poder no Partido. O periódico representou muito mais a possibilidade desse grupo se expressar fora de um círculo restrito. Por outro lado, a posição apartidária atribuída à revista não impediu que este grupo de intelectuais marxistas tivesse no movimento comunista internacional a referência última de suas análises, “por mais que o conteúdo das análises e das propostas se aproximem das esposadas por outras correntes nacionalistas, as ligações com o marxismo são a marca do grupo” (LIMONGI, 1987: 42).

¹ Nas citações seguintes, abreviamos o nome da revista em R.B.

A R.B. contou com textos de análises plurais sobre a situação brasileira, enfocando temas como crítica de teatro, cinema, estética, economia, história, sociologia e literatura. O recrutamento de colaboradores não seguiu um cronograma definido, sendo marcado pela sua heterogeneidade, mas com um número considerável de intelectuais da USP, assim como pela variação da qualidade dos artigos publicados. Conjuntamente, a R.B. conviveu com problemas econômicos, como dificuldades de reposição dos custos de produção mediante a venda de exemplares, mantendo-se por vezes com a ajuda do mecenato de Caio Prado Júnior (LIMONGI, 1987).

Em relação ao nacionalismo, Caio Prado Júnior afirmou no segundo número da R.B, em artigo intitulado “Nacionalismo brasileiro e capitais estrangeiros”, que o mesmo, enquanto “pensamento político, [...] exprime [...] a consciência que adquiriu ponderável parcela da opinião pública brasileira, da situação dependente e subordinada em que se encontra o país com relação aos grandes centros financeiros e capitalistas” (1955: 82). Diante disso, o movimento nacionalista deveria lutar por um desenvolvimento voltado para o atendimento das necessidades da população como um todo. Nas palavras de Caio Prado Júnior, “o nacionalismo [...] constitui uma forte corrente de opinião pública, [...] porque inspira uma luta que não cessará tão cedo, enquanto o Brasil for um país de fraco desenvolvimento em face de poderosas forças econômicas e financeiras internacionais” (1955: 93).

No número dezessete da R.B., Octavio Ianni apresentou “Aspectos do nacionalismo brasileiro”, afirmando que o nacionalismo no país decorreria, “de um lado, das transformações da estrutura sócio-econômica e, por outro lado, das modificações sofridas pela estrutura da economia capitalista internacional” (1957: 121). Respectivamente, o processo de desenvolvimento industrial e os impasses ao seu prosseguimento diante dos centros industriais capitalistas externos interessados na exploração da economia do país. Na superação desse ponto de atrito situar-se-ia a luta dos nacionalistas pelo desenvolvimento autônomo do Brasil. Segundo Paula Beiguelman (1989), mediante essas premissas, a R.B. firmou-se no cenário intelectual da época como expressão teórica de um nacionalismo com ênfase em questões econômicas, defendendo um desenvolvimento sem ingerência externa.

O DEBATE AGRÁRIO NA REVISTA BRASILIENSE

Na articulação do nacionalismo com o desejo de autonomia para o desenvolvimento econômico do Brasil foi inserida a discussão sobre os problemas rurais. No primeiro número da R.B., Salomão Schattan publicou o artigo “Reforma agrária”, para ele uma das possíveis soluções para o que considerava como sendo a questão agrária no país. Em sua opinião, a redistribuição de terras deveria possuir uma conotação social, qual seja, a melhoria das condições de vida do homem do campo. Nesse sentido, destacou a necessidade de reversão da baixa renda per capita proporcionada ao trabalhador rural, da instabilidade quanto ao seu lugar de trabalho, do seminomadismo, da miséria econômica, da escassa instrução técnica e do difícil acesso à propriedade da terra em face de sua concentração nas mãos de poucos proprietários. Além disso, a redistribuição fundiária deveria integrar a economia agrícola ao ritmo de desenvolvimento do restante da economia nacional. Para esse autor:

Trata-se de problemas que interessam a todos e não somente aos que trabalham no campo. É absolutamente impossível um desenvolvimento substancial da indústria, dos transportes e do comércio, se não houver transferência de homens do campo para a cidade e se, apesar disso, não houver um aumento substancial na produção, capaz de fazer frente à crescente procura de produtos agrícolas [...] há necessidade de ajuda para que a agricultura dê passos que levem a maior harmonia em nossa estrutura econômica, advindo daí novas possibilidades para o progresso comum (SCHATTAN, 1955: 97).

Diante disso, o problema agrário foi posto por Salomão Schattan em dimensão nacional, pois representaria, “no momento, a chave do futuro progresso da nação” (1955: 100). Elias Chaves Neto, no artigo “Mercado interno”, também frisou a reforma agrária como “condição necessária para a elevação do padrão de vida do nosso homem do campo e, conseqüentemente, pelo aumento do seu poder aquisitivo, para a criação de um mercado interno” (1957: 6). Esses dois textos são uma amostragem de que, com maior ou menor ênfase em um determinado aspecto, o significado da reforma agrária na R.B. foi apresentado por seus colaboradores nesse duplo sentido: melhoria das condições de vida do trabalhador rural e aumento da produção primária, na condição da área rural enquanto mercado consumidor e fornecedor de produtos agrícolas e matérias-primas aos centros urbanos e industriais.

Heitor Ferreira Lima escreveu sobre os problemas rurais do país com foco na região nordestina. No artigo “Problemas do Nordeste”, esse autor afirmou que em um contexto onde se intensificava

o desenvolvimento capitalista no Brasil, ficavam mais evidentes e agudas as disparidades regionais, com notoriedade aos baixíssimos níveis de desenvolvimento do Nordeste. Desta região, Heitor Ferreira Lima ressaltou a agricultura, com participação de 41% na economia Nordestina, como a principal responsável pela baixa renda de sua população, mediante fatores como o péssimo aproveitamento das terras, proveniente da baixa produtividade, da rotina, da ausência de técnicos e de ensino para o cultivo. Na base, a presença do latifúndio, sufocando possibilidades de diversificação agrícola e de melhoria no uso da terra e dos fatores de produção. A esta base ainda poderiam ser incorporados outros fatores, como as secas, a emigração e a política de açudagem, as quais favoreciam os grandes proprietários de terra. Diante disso, “chegamos à conclusão de que o problema fundamental do Nordeste é o problema agrário. [...]. E isto porque o problema agrário liga-se ao setor fundamental da sua economia, que produz quase metade de sua renda per capita e envolve dois terços de sua população trabalhadora” (LIMA, 1958: 21).

Essa atenção aos problemas da região brasileira economicamente mais pobre foi articulada nesse momento em parâmetros nacionais. A sua resolução era vista como fundamental para a superação do subdesenvolvimento de todo o país. Porém, nesse objetivo mantinha-se o foco da preocupação na população trabalhadora. Por exemplo, eis como finalizou Heitor Ferreira Lima seu artigo:

Para nossa expansão geral aquela região subdesenvolvida [Nordeste] precisa ser valorizada, sua gente transformada em produtores de maiores rendimentos, seu mercado ampliado, suas riquezas naturais exploradas em proveito coletivo. É da lei da evolução. As nossas fronteiras econômicas, dessa forma, vão alargar-se e aprofundar, elevando-se a capacidade do mercado interno. E com isso o povo só tem a ganhar, porque seu poder aquisitivo aumentará, crescendo as mercadorias de seu consumo, tornando mais alto assim seu bem-estar e seu nível de vida (1958: 34).

Nas páginas da R.B. também apareceram revisões historiográficas sobre as lutas sociais do campo, abrindo um leque mais amplo na abordagem dos temas relativos à questão agrária. Um exemplo foi o texto de Rui Facó, “A guerra camponesa de Canudos (1896-1897)”. Opondo-se à conclusão de autores como Euclides da Cunha, Pandiá Calógeras e Pedro Calmon, que em sua opinião haviam contribuído no estabelecimento de uma compreensão deste conflito como fruto do “fanatismo religioso” e da “barbárie sertaneja”, Rui Facó apresentou Canudos como a

“rebelia à prepotência dos latifundiários, reflexo de uma luta de classes em sua fase superior – a luta armada” (1958: 129). Segundo esse autor, a estrutura econômica do país no final do século XIX encontrava-se baseada fundamentalmente na grande propriedade territorial. Interessava aos latifundiários manter suas posses e seus privilégios: “causava horror às classes dominantes qualquer tentativa de quebrar o sagrado monopólio da terra. E mais ainda, [...], qualquer movimento armado no campo [...]. Admitir que se batiam os camponeses contra a opressão feudal, era admitir que tinham o direito de fazê-lo” (1958: 135).

Para Rui Facó, a luta dos sertanejos no sertão baiano colocou em jogo “a milenar questão da terra, de sua posse por uma minoria, como arma de opressão, ou de sua posse pelos que nela mourejam, como arma de libertação” (1958: 141). Dito de outra forma, “Canudos foi, sob a capa do misticismo religioso em torno do Conselheiro, fundamentalmente uma luta de classes – uma luta aguerrida contra o latifúndio, contra a miséria e a exploração terríveis que o monopólio da terra engendra e mantém secularmente no Brasil” (1959: 179). Uma interpretação que também colaborava na atribuição de um significado combativo às lutas sociais que começavam a se desenvolver no campo brasileiro na década de 1950, como no caso das Ligas Camponesas no Nordeste: “Canudos é, [...] um dos grandes momentos da luta de libertação das massas camponesas no Brasil. Sua resistência indomável mostra o formidável potencial revolucionário das massas camponesas, que apenas começa a ser despertado” (FACÓ, 1959: 183).

Antes de prosseguirmos, façamos uma indagação sobre um ponto enfatizado no artigo acima: a compreensão da realidade social mediante a ótica da luta de classes, como no exemplo de Rui Facó, significou a adoção de posições teóricas e políticas revolucionárias por parte dos responsáveis pela R.B.? Um artigo de Michael Löwy pode ser posto como parâmetro para uma resposta a essa pergunta. No número trinta e um da R.B, Michael Löwy publicou o estudo “Notas sobre a questão agrária no Brasil”, destacando que, fruto do passado colonial, a estrutura fundiária do país se caracterizava por um alto padrão de concentração da propriedade da terra. Além disso, “a estrutura social rural brasileira ainda hoje se apresenta profundamente impregnada de restos coloniais, traços sociais patrimonialistas e semifeudais, formas de exploração pré-capitalistas” (1960: 57).

Na sua perspectiva, a solução dos problemas existentes na área rural não passaria por uma reforma agrária tendo por objetivo a introdução de relações capitalistas no campo e a ampliação do mercado interno para a produção industrial: “uma verdadeira panacéia, acalmando os ímpetos

revolucionários dos trabalhadores rurais e possibilitando um triunfante progresso do capitalismo no campo e nas cidades” (LÖWY, 1960: 60). Segundo Michael Löwy:

Para o socialismo é a propriedade coletiva da terra e não o seu parcelamento, a solução adequada das reivindicações dos trabalhadores rurais e dos camponeses pobres; [...]. A revolução agrária deverá ser no Brasil, como em toda a América Latina, parte integrante de um vasto processo de revolução ininterrupta, no qual as massas exploradas das cidades e do campo, destruirão, simultaneamente, seus três grandes opressores: o imperialismo, o capitalismo e o latifundiário (1960: 66-68).

Este posicionamento recebeu uma nota de esclarecimento do diretor-responsável da R.B., Elias Chaves Neto, afirmando que as conclusões do artigo não se enquadrariam na orientação nacionalista da R.B., compreendida como postura política que visaria a unir as mais amplas camadas da sociedade brasileira na luta antiimperialista, “promovendo a melhoria das condições de vida do povo dentro do regime político e social vigente” (1960: 55). Por outro lado, o espaço concedido a Michael Lowy foi explicado nos seguintes termos: “não deixa de ter interesse a divulgação de um ponto de vista pessoal sobre um importante problema nacional, igualmente um dos objetivos da Revista” (CHAVES NETO, 1960: 55).

Em maior sintonia com a linha editorial da R.B. estiveram assuntos como a sindicalização e a criação de uma legislação trabalhista rural. No artigo “Proletariado e inquietação rural”, publicado no número quarenta e dois da R.B., Ibiapaba Martins afirmou que a ideologia do proletariado, direcionada a luta por melhores salários e condições de trabalho, estava atingindo as associações de trabalhadores do campo no começo dos anos de 1960, consubstanciado no aparecimento de numerosos sindicatos rurais e evidenciando as contradições apontadas por essa ideologia. Por outro lado, a criação de uma legislação trabalhista para o trabalhador do campo, mais do que lei no papel, deveria penetrar na consciência da população rural, ajudando a desmoralizar com “os alicerces corroídos do nosso arcabouço feudal e que não é feudal simplesmente devido ao monopólio da terra mas também por causa da espoliação a que são submetidas as populações rurais” (MARTINS, 1962: 66). Para Ibiapaba Martins:

A ideologia do proletariado contribui cada vez mais para eliminar os vestígios do feudalismo no Brasil, ajudando dessa forma a objetivos coincidentes da

própria burguesia, interessada em maior mercado e combatida pela senil e renitente aristocracia rural. E o que é mais: prova diuturnamente que o simples exercício do direito e a aplicação da lei [...] poderão eliminar da comunidade as atividades parasitárias atirando um pá de cal sobre as forças já superadas, contribuindo para que a Revolução Brasileira se faça pacificamente (1962: 76-77).

Em parte, essa seria a tônica dos textos de Caio Prado Júnior abordando a situação social e econômica dos trabalhadores do campo. Os principais artigos sobre a questão agrária, publicados por Caio Prado Júnior na R.B., foram reunidos e lançados em forma de coletânea no final da década de 1970, com o título de *A questão agrária no Brasil*². Em um desses artigos, publicado em 1962, no número quarenta e três da R.B., intitulado “Nova contribuição para a análise da questão agrária no Brasil”, esse autor defendeu a necessidade de criação de uma legislação trabalhista rural. Para Caio Prado Júnior, boa parte dos trabalhadores no campo encontravam-se em uma situação de miserabilidade, sendo uma das medidas necessárias para sanar essa situação a modificação da estrutura da propriedade fundiária, no sentido de corrigir sua extrema concentração e proporcionar a esses trabalhadores maiores oportunidades de acesso à posse e utilização da terra. Outra solução seria uma legislação social-trabalhista:

Uma legislação trabalhista eficaz e realmente protetora do trabalhador empregado rural deve, além de regular as relações de trabalho, criar as condições necessárias, e que fazem falta no meio rural brasileiro por circunstâncias que lhe são peculiares, para que entre proprietários e trabalhadores subsistam unicamente, como se dá nos centros urbanos, relações puramente de trabalho, isto é, de prestação remunerada de serviços, de empregador e empregado (1979: 99).

Uma legislação desse perfil ajudaria a coibir as arbitrariedades que os patrões costumariam cometer sobre seus empregados. Contudo, para Caio Prado Júnior, a arbitrariedade em pauta não teria relação com formas semi-serviço de trabalho, como apontada por Michael Löwy e mesmo Ibiapaba Martins, mas com o interesse do proprietário em obter lucro a partir da exploração acentuada de sua mão-de-obra: “nada mais justo que uma repressão legal destinada a conter o

² Respectivamente: “Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil” (1960), “Nova contribuição para a análise da questão agrária no Brasil” (1962), “A reforma agrária e o momento nacional” (1960), “O estatuto do trabalhador rural” (1963) e “Marcha da questão agrária no Brasil” (1964).

direito de propriedade dentro dos limites que legitimamente lhe cabem. [...] É aí que se situam os fundamentos de uma legislação social-trabalhista aplicável ao trabalho rural, e é daí que ela deve partir” (PRADO JR., 1979: 100).

A defesa da legislação empregatícia e de um programa de reforma agrária foi pautada pela leitura desse autor sobre a estrutura agrária, conforme percebemos em artigo anterior, *Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil*, de 1960, publicado no número vinte e oito da R.B.:

Acima de 30 milhões de brasileiros, ou seja mais da metade da população do País, dependem necessariamente para seu sustento – uma vez que não lhes é dada outra alternativa, nem ela é possível nas atuais condições do País – da utilização da terra. Doutro lado, por força da grande concentração da propriedade fundiária que caracteriza a economia agrária brasileira, bem como das demais circunstâncias econômicas, sociais e políticas que direta ou indiretamente derivam de tal concentração, a utilização da terra se faz predominantemente e de maneira acentuada, em benefício de uma reduzida minoria (PRADO JR, 1979: 16).

Uma das conseqüências dessa situação seria a posição de desvantagem em que ficaria a população trabalhadora rural no momento de negociar sua mão-de-obra. Diante do acesso limitado a propriedade fundiária, não restaria alternativa a essa população a não ser ofertar sua mão-de-obra mediante as condições colocadas pelo grande proprietário de terra que, de um modo geral, buscava empregar os trabalhadores a baixo custo. Os grandes proprietários de terra, por sua vez, além de concentrarem grande parte das terras em suas mãos, se caracterizariam pela exploração de suas posses de forma mercantil com acentuado caráter especulativo. Para Caio Prado Júnior:

A grande exploração de tipo comercial [...] tende, quando a conjuntura lhe é favorável, a se expandir e absorver o máximo de terras aproveitáveis, eliminando lavradores independentes, proprietários ou não, bem como suas culturas de subsistência. Agravam-se em conseqüência as condições de vida da população trabalhadora rural cuja remuneração, seja em salário, seja em participação no produto principal [...] está sempre aquém do preço relativo dos gêneros de subsistência que os trabalhadores são obrigados a adquirir no comércio – comércio esse em geral, e por força das próprias condições geradas pela função absorvente da grande exploração, fortemente espoliativo (1979: 31).

Na outra parte, a pequena propriedade enfrentaria sérias dificuldades na sua sobrevivência. A resistência da grande propriedade ao fracionamento restringia o pequeno proprietário em áreas pouco extensas, na maioria dos casos em sobras concedidas pela grande exploração nos locais onde não conseguia se consolidar de forma consistente. Nessas áreas, a pequena propriedade obtinha espaço e se multiplicava ao custo do fracionamento, atingindo, conseqüentemente, limites extremamente baixos. O minifúndio resultaria no progressivo empobrecimento das categorias mais modestas de proprietários rurais, cujo padrão de vida no início dos anos de 1960 gradualmente se aproximava da situação dos trabalhadores empregados nos grandes domínios territoriais.

A partir dessas considerações, Caio Prado Júnior concluiu que a forte concentração da propriedade fundiária, o caráter mercantil da exploração nos grandes domínios territoriais, as difíceis condições de vida dos trabalhadores rurais e as adversidades na manutenção da pequena propriedade, representaria as características mais significativas da estrutura agrária brasileira. Desses caracteres, sobressaía-se o aspecto mercantil e concentracionista da exploração e da propriedade agrária, cuja modificação seria fundamental para a resolução dos problemas agrários, sob o ponto de vista dos trabalhadores, assim como para a efetivação de um desenvolvimento econômico autônomo para o conjunto da nação. Nas palavras desse autor, “os problemas agrários, como quaisquer outros problemas sociais e econômicos, são antes de tudo ‘humanos’. E são por isso os homens e a posição própria que respectivamente ocupam nas atividades agropecuárias, que devem ser considerados em primeiro e principal lugar” (1979: 20).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da década de 1950, em especial na segunda metade desse decênio, e nos primeiros anos de 1960, a inserção dos intelectuais nos debates públicos teve como um dos seus objetivos a tarefa de formular e defender, mediante seus estudos, concepções para o desenvolvimento social e econômico do Brasil. Para esse propósito, diversos intelectuais congregaram-se em torno de periódicos, por meio dos quais procuraram criar e estabelecer um “território” na difusão de idéias e posicionamentos sobre os mais variados assuntos relativos ao país. Os meios universitários ainda não haviam se consolidado como o espaço por excelência de atuação dos intelectuais,

deixando margem para que esses formassem, sob iniciativas de particulares, “centros” de debates e divulgação de pesquisas. Um exemplo foi a R.B., que encontrou, em boa medida, em Caio Prado Júnior e na Editora Brasiliense, suporte e logística para sua circulação.

A R.B. contribuiu na divulgação de trabalhos e no fomento de debates entre intelectuais, como procuramos demonstrar nesse artigo através do tema da questão agrária. Houve algumas diferenças entre os colaboradores desse periódico na compreensão das causas dos problemas rurais: Ibiapaba Martins, por exemplo, reconhecia a existência de relações feudais no campo, fato desconsiderado por Caio Prado Júnior. No entanto, ambos reconheciam como fundamental a elaboração de uma legislação trabalhista para os trabalhadores rurais com a finalidade de melhorar suas condições de vida e emprego. Para essa melhoria, também foi postulada uma redistribuição da propriedade fundiária, como mostramos no caso dos textos de Elias Chaves Neto, Salomão Schattan e Caio Prado Júnior. Esses artigos não representaram partes de um “pensamento único”, o “pensamento da R.B.”, mas um conjunto de concepções e medidas de autores que compartilhavam, em linhas gerais, de uma perspectiva de desenvolvimento para o conjunto do país sob princípios pacíficos e nacionalistas.

A R.B. foi publicada entre 1955 e 1964. Naquilo que se refere à sua sustentabilidade, conviveu com problemas financeiros, como aponta Fernando P. Limongi, mesmo sendo publicada pela Editora Brasiliense. Aliás, pode-se dizer que foi um empreendimento de perfil comercial limitado, pois em suas páginas encontramos somente a divulgação de propagandas da própria Editora Brasiliense. Tal fato pode ser um elemento explicativo nas dificuldades de captação de recursos financeiros. Uma hipótese para isso pode ser que para os responsáveis da R.B. o caráter cultural e de debate de idéias do periódico se sobrepuja ao caráter comercial. Apesar disso, foi o golpe civil-militar, que depôs o presidente João Goulart em 1964, findando com uma experiência de democracia política ainda em processo de amadurecimento, que decretou o fim da circulação e da própria R.B. O número 52, preparado para os meses de março e abril de 1964, foi apreendido e destruído na gráfica pelos agentes de repressão do novo regime. Um episódio emblemático de uma ordem política que não compartilhava dos caminhos apontados pelos colaboradores desse periódico para o desenvolvimento econômico e social do país.

Referências bibliográficas:

Oficina do Historiador, Porto Alegre, EDIPUCRS, v.4, n.2, dezembro-2011,

- BEIGUELMAN, Paula. “A Revista Brasiliense e a expressão teórica do nacionalismo econômico brasileiro”. In: D’INCAO, Maria Angela (org.) *História e ideal. Ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: Secretária do Estado da Cultura/Brasiliense/Ed. da UNESP, 1989.
- CHAVES NETO, Elias. Mercado interno. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n.14, p. 01-08, nov./dez. 1957.
- _____. “Nota de esclarecimento”. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 31, p. 55, set./out. 1960.
- FACÓ, Rui. “A guerra camponesa de Canudos (1896-1897)”. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 20, p. 128-151, nov./dez. 1958.
- _____. “A guerra camponesa de Canudos (1896-1897)”. Conclusão. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 21, p. 162-183, jan./fev. 1959.
- LIMA, Heitor Ferreira. “Problemas do Nordeste”. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 17, p. 13-34, mai./jun. 1958.
- LIMONGI, Fernando Papaterra. “Marxismo, Nacionalismo e Cultura: Caio Prado Jr. e a Revista Brasiliense”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS, v. 2, n. 5, p. 27-46, outubro 1987.
- LOWY, Michael. “Notas sobre a questão agrária no Brasil”. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 31, p. 55-71, set./out. 1960.
- MARTINS, Ibiapaba. “Proletariado e inquietação rural”. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 42, p. 62-81, jul./ago. 1962.
- MISKULIN, Sílvia Cezar. *Cultura ilhada: imprensa e revolução cubana, 1959-1961*. São Paulo: Xamã, 2003.
- OCTÁVIO, Ianni. “Aspectos do nacionalismo brasileiro”. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 14, p. 121-133, nov./dez. 1957.
- PRADO JR., Caio. “Nacionalismo brasileiro e capitais estrangeiros”. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 2, p. 80-93, nov./dez. 1955.
- _____. *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- REVISTA BRASILIENSE. “Manifesto de Fundação”. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 1, p. 01-03, set./out. 1955.
- SCHATTAN, Salomão. “Reforma agrária”. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 1, p. 88-100, set./out. 1955.

SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.